

ENTREVISTA | PAULA FRANCO | Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

“Englobamento de rendimentos no IRS será dupla tributação”

Paula Franco é candidata a um novo triénio à frente da Ordem dos Contabilistas Certificados. Bastonária propõe incentivos fiscais ao investimento e à contratação. Eventual englobamento de rendimentos prediais e de capitais no IRS será dupla tributação sobre as poupanças, critica.

FILIPE ALVES
falves@jornaleconomico.pt

À frente da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) desde 2018, Paula Franco será candidata a um novo mandato à frente desta instituição que conta com mais de 68 mil membros. Em entrevista ao JE, a que pode assistir na íntegra na plataforma multimédia JE TV (em www.jornaleconomico.pt), esta sexta-feira às 11h00, a bastonária da OCC faz um balanço do atual mandato, avança as prioridades para os próximos anos e defende que a proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2022 deve contemplar incentivos para as empresas poderem investir na inovação, no emprego e na qualificação. Englobamento de rendimentos prediais e de capitais no IRS vai desincentivar poupança e investimento, diz.

Que balanço faz destes anos à frente da Ordem? E porque se recandidata para um segundo mandato, nas eleições do próximo dia 18 de novembro?

Estamos agora a completar os três anos e meio e apesar de terem corrido bastante bem e de termos tido muitas conquistas, a pandemia interrompeu um pouco aquilo que era o projeto normal. Ainda assim conseguimos uma série de conquistas e portanto o balanço que fazemos é bastante positivo, no sentido de que tínhamos definido como principais apostas, para além de conseguirmos muitas alterações legislativas com impacto na qualidade de vida dos contribuintes e dos contabilistas certificados. Também tínhamos um grande objetivo, que era a união entre profissionais e uma maior aproximação à ordem enquanto instituição. Hoje em dia os profissionais estão muito mais unidos e muito mais próximos.

A pandemia fez com que aumentasse a pressão sobre os contabilistas em termos de cumprimento de prazos. Como foi fazer frente a essa conjuntura, nomeadamente nos meses de confinamento? Foi muito difícil e um grande desa-

fiu, porque os contabilistas certificados, além de lidarem também eles próprios com a necessidade do confinamento e com todas as arbitrariedades que existiam do ponto de vista legal, tiveram que manter as suas obrigações normais e ainda fazer face a toda a legislação que saiu de apoio às empresas. Os contabilistas não puderam baixar os braços e tiveram que cumprir prazos e de se atualizar permanentemente com a informação que saía todos os meses. Mas estiveram à altura do desafio e se não fossem os contabilistas certificados a situação económica seria muito mais difícil, porque os apoios não chegariam às empresas.

Que outras medidas destaca?

Tivemos também conquistas do ponto de vista da relação com a Autoridade Tributária e de defesa dos direitos dos contabilistas certificados e dos contribuintes. Algumas são muito importantes porque realmente trazem uma maior qualidade de vida aos contabilistas, um descanso do ponto de vista daquilo que podem ser os problemas com que se deparam no dia a dia. Tivemos a questão do justo impedimento, que foi das mais importantes. Parece quase impossível para qualquer profissional de outra área saber que se estiver doente não pode falhar. Os contabilistas, se ficassem doentes, não poderiam deixar de cumprir os prazos, porque isso levaria à aplicação de coi-

mas [pela Autoridade Tributária]. Isto era uma situação que se arrastava há muito tempo e que mudou no nosso mandato. Outra medida foi o tema das férias fiscais, que foram vertidas numa lei publicada em fevereiro de 2021. É uma medida muito importante para os contribuintes e para a garantia dos seus direitos. Uma das coisas boas que esperamos que se concretizem brevemente - e que é uma das lacunas que ficaram na legislação - é o facto de que não abranger as obrigações relacionadas com a Segurança Social. Temos esperança e expectativa que fique já para o Orçamento do Estado para 2022.

O Estado tem tendência para olhar para os contabilistas como um meio para obter cada vez mais informações sobre os contribuintes?

Isso é verdade, como se vê na questão do SAFT, que é uma questão que ainda está em aberto e que nós não queremos que evolua dessa forma. Não concordamos com a legislação, com a entrega de todos os dados e com a forma como está implementada. Agora, a Autoridade Tributária quer cada vez mais dados e nós temos, obviamente, que respeitar a lei. Mas os contabilistas também têm de perceber que a nossa profissão, sendo de interesse público também, tem o dever de confidencialidade. Naquilo que é a exigência do Fisco, o Fisco exige que as empresas cumpram aquelas obrigações - não são os contabilistas. Os contabilistas têm autorização do seu cliente para cumprir até ao limite daquilo que está na lei. Em tudo o que extrapassa esse limite, o contabilista certificado tem o dever de sigilo. Por exemplo, uma das coisas que acontece muito é haver notificações, telefonemas, para enviar dados das empresas. Ora, os contabilistas não o podem fazer, nem no âmbito do dever de colaboração. Há muito essa tentativa e o contabilista tem de ser cada vez mais firme. O contabilista trabalha para o seu cliente, para garantir que o cliente cumpre quer as normas fiscais, quer as normas contabilísticas. Isto não significa que tenha de extrapassar, nem que trabalhe direta-

mente para a administração fiscal. O dever de colaboração tem limites que têm de ser respeitados. Nós, contabilistas, temos de trabalhar com isenção total.

Em termos de formação, quais são os grandes objetivos para um eventual segundo mandato?

Vamos sofrer aqui muitas transformações a nível da prestação de contas. Hoje estamos a passar uma barreira, felizmente a das tecnologias foi passada um bocadinho à pressa, e portanto conseguimos ultrapassar e conseguimos dar aquele salto que demoraria três ou quatro anos. Foi dada em pouco tempo e, com isso, obviamente que já estamos agora abertos para o próximo salto. E o próximo salto é reposicionar o contabilista como um consultor, muito mais próximo das empresas. Portanto, o contabilista também vai ter que se valorizar muito. A nível de remuneração vai ter que ter menos clientes e melhor melhores avanços precisamente para conseguir acompanhar todas as exigências que vêm. Hoje em dia o relato que o contabilista presta é muito com base no quadro financeiro, portanto análises muito com base em balanço de resultados, pois o relato explica essas rubricas, e agora estamos a caminhar num sentido completamente diferente. É que as empresas vão ter que ser avaliadas de forma a se distinguirem umas das outras e se distinguirem em suas preocupações. Portanto, neste momento o que nós temos é que vamos ter que ultrapassar nos próximos anos e fazer um relato, prestar contas de forma completamente diferente, privilegiando não só o relato financeiro como o relato não financeiro e seus critérios.

Refere-se aos critérios ESG [ambientais, sociais e de governança]?



Assista à entrevista na JETV, a plataforma multimédia do Jornal Económico



Exatamente. No fundo é verter métricas de preocupações ambientais, sociais, preocupações para os investidores no âmbito dos resultados, etc, para que por exemplo um banco, quando vai atribuir financiamento a uma empresa, avalie com base nestes critérios e não com base nos critérios só financeiros, como até agora. Os contabilistas têm de desempenhar um papel-chave nesse processo. Claro que o relatório não-financeiro deve ser feito muito em conjunto com os empresários, mas as métricas e a parte quantitativa será feita pelos contabilistas certificados.

Ao ler os relatórios anuais das empresas ficamos muitas vezes com a sensação de que na parte não financeira há muito



Cristina Bernardino

englobamento dos rendimentos prediais e de capitais no IRS, acabando com a taxa liberatória de 28%. Como vê essa possibilidade?

Haverá um efeito perverso nas empresas e os particulares deixarão de ter incentivo para a poupança. Temos de perceber que o rendimento que foi gerado e que possibilitou que os particulares investissem, quer em sociedades, quer em imóveis, resultou das suas próprias poupanças e está-se a duplicar tributação. Não me parece que traga grandes mudanças, porque os imóveis não podem fugir de Portugal, mas pode desincentivar o investimento e temos de ter muito cuidado com estas medidas. A riqueza é que cria emprego e estas medidas fazem os investidores deixarem de investir em Portugal e evitar a tributação, no sentido de que aumentam os custos para não serem tão tributados. São medidas que desvirtuam tudo. Aliás, a tributação devia ser mais baixa, pois as taxas liberatórias ainda são muito altas, precisamente para incentivar as empresas a terem lucro, para criarem riqueza e constituírem reservas. Todas estas formas de achar que se pode ir buscar uma tributação - claro que é muito fácil fazer contas e tributar, mas isto é solução para o futuro? Vai beneficiar ou vai prejudicar? Na minha opinião, vai prejudicar.

Os contabilistas conhecem as empresas melhor do que ninguém. Como é que o tecido empresarial reagiu às notícias?

Reagiu mal, porque lá está, sentem mais uma vez que os seus esforços, as suas poupanças, não têm efeito. Quando achamos que estamos no sentido de reduzir a tributação para incentivar a poupança e o investimento, de repente invertem-se as tendências e são apanhados numa situação injusta de serem tributados e não de garantirem aquilo para o qual fizeram o seu investimento.

Do ponto de vista fiscal, o que deveria estar na agenda do Governo para o OE2022? Uma redução do IRC?

Na perspetiva das empresas, acho que nem devia ser tanto a diminuição da taxa do IRC. Acho que devia haver benefícios fiscais para os investimentos e para promover a economia. Sou muito adepta de benefícios fiscais. Nem sempre são bem vistos, o que é um erro, porque levam a tomar decisões em função disso. E essas decisões levam a que economia mexa. Por exemplo, um dos incentivos que acho mais importante - e que foi retirado há algum tempo - foi o da contratação de trabalhadores. Foi realmente um dos incentivos que levou a mais contratações sem termo. Agora, não percebo porque, foi retirado. Num momento destes, seria muito importante ter continuidade com um benefício fiscal desta dimensão. Outro benefício fiscal importantíssimo seria um incentivo ao investimento, para incentivar o consumo, as aquisições e o investimento. ■

embelezamento da situação. Que métricas podem ser usadas para quantificar e para certificar a parte não-financeira?

Aliás, o IFAC [entidade internacional que estabelece as normas da contabilidade] já está a preparar normas para o relato não-financeiro. Passará um dia a ser obrigatório para todas as empresas - atualmente é apenas para as grandes - e muitas empresas serão obrigadas a cumprir, mas outras irão elas próprias aderir por necessidade própria. As métricas serão a nível de dados e de registos, por exemplo o que é que as empresas pouparam a nível ambiental, quais as preocupações sociais, gastos com colaboradores e tudo aquilo que podem entregar à sociedade.

Tudo o que se possa refletir em gastos e preocupações que se possam quantificar. Evidenciar essa parte é a função do contabilista.

Isto vai implicar custos mais altos para as empresas com as avenças dos contabilistas?

Avenças mais altas para as empresas não querem dizer que seja um custo mais alto, porque o contabilista não é um custo. É uma mais-valia, que traz vantagens que as empresas vão explorar de outra forma. Obviamente não podemos querer tudo do contabilista quando não pagamos e o contabilista não tem tempo suficiente para aquela empresa.

Está a ser preparada a proposta de Orçamento do Estado e fala-se no possível



6 Paula Franco:
“Englobamento de rendimentos no IRS será dupla tributação”

N.º 2113 | 1 outubro, 2021



O Jornal Económico

Diretor Filipe Alves | **Subdiretores** André Cabrita-Mendes, Leonardo Raiha, Lígia Simões e Nuno Vinha
Diretor de Arte Mário Malhão | **Preço** €3,20 (continente) | Semanário, sai às sextas-feiras



Cristina Bernardo

ENTREVISTA

“Englobamento de rendimentos prediais e de capitais será dupla tributação”

Paula Franco é candidata a um novo mandato à frente da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), nas eleições de novembro. Em entrevista, a bastonária faz um balanço dos últimos anos e indica as prioridades para um segundo mandato à frente desta Ordem que conta com 68 mil membros. Pede mais incentivos fiscais para as empresas e diz que o englobamento de rendimentos no IRS vai desincentivar a poupança e o investimento. P6

CEO da Autoeuropa está de saída e vai ser substituído por gestor estrangeiro

Miguel Sanches, que liderava a maior exportadora nacional desde 2015, está de saída para abraçar um novo desafio numa empresa do grupo no Brasil, apurou o JE. O novo CEO será Thomas Hegel Gunther, alto quadro da Volkswagen. P19

OPINIÃO

Paulo Macedo escreve sobre os critérios de sustentabilidade na decisão de crédito P28



Paulo Macedo
Presidente da CGD

ET CETERA



Catarina Furtado | Apresentadora

“Não sou uma santa, de todo, mas não me vendo”

A apresentadora da RTP tem um propósito de vida muito claro: contribuir para criar um mundo “mais justo, igualitário, compassivo e empático”. E diz: “A empatia devia ser ensinada nas escolas. Ainda por cima Portugal emigrou. Não deveríamos ter memória curta...” P6 a 9

NEGOCIAÇÕES DO OE

Patrões temem abertura a reivindicações laborais do PCP e BE

Patrões recebem abertura do Executivo a “reforço” de propostas laborais dos partidos de esquerda após autárquicas. P4

PUB

TAP falha descolagem em agosto e fica atrás da easyJet e da Ryanair

Em agosto, a companhia ainda perdia 63% dos passageiros no Porto e 53% em Lisboa, face a 2019, atrás das rivais. P18

BARÓMETRO EY



Página 25

PUB

BANCA

Novo Banco coloca à venda carteira ‘Orion’, de 200 milhões em crédito malparado

NB mandou KPMG para venda. Ao JE, António Ramalho diz que banco está “comprometido na rota da rentabilidade e solidez”. P22

MAGISTRATURA

Juíz negacionista arrisca demissão ou aposentação compulsiva no dia 7 na reunião do CSM

O Conselho Superior de Magistratura decide quinta-feira. Proposta de relatora deverá prever as penas mais pesadas, sabe o JE. P3

POLÍTICA

Eleições autárquicas deixam meia centena de câmaras municipais sem maioria absoluta

Porto e Sintra juntam-se a Lisboa entre os concelhos onde o vencedor tem menos vereadores do que a oposição e terá de negociar. P14

